Processo TC nº 022.581/2009-6
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego – SPPE/MTE em razão dos fatos apontados no relatório de Comissão de Reexame constituída em cumprimento às determinações constantes no Acórdão nº 851/2003-Plenário, que tratou de acompanhamento/auditoria de convênios firmados no âmbito do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – Planfor com diversas entidades sindicais nos exercícios de 2000 a 2002.

2. Nos presentes autos, examina-se, especificamente, a execução do Contrato de Prestação de Serviços nº 02/2001, celebrado entre a Associação Nacional dos Sindicatos Social-Democratas – SDS e a Cooperativa de Trabalho para a Conservação do Solo, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrícola e Silvicultura – Cotradasp, vinculado ao Convênio nº 03/2001, firmado entre a SDS e o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, alterado pelos Termos Aditivos nºs 1/2001 e 2/2002 (peça 6, p. 35-41).

3. O ajuste, no valor total de R\$ 1.360.000,00, tinha por objeto a realização de eventos integrados, em âmbito nacional, compreendendo oficinas, seminários e teleconferências, abrangendo temas direcionados para a integração de trabalhadores no mercado de trabalho, envolvendo 1.600 treinandos (meta A, no valor de R\$ 800.000,00) e a execução de ações de qualificação profissional, através de cursos, treinamentos, assessorias, extensão, pesquisas e estudos, voltados para a inserção ou manutenção no mercado de trabalho de 4.000 trabalhadores, conforme especificado no plano de trabalho aprovado (meta B, no valor de R\$ 560.000,00).

4. Em instruções anteriores, a unidade técnica havia considerado cumprida a meta A e parcialmente cumprida a meta B, com a realização de cursos para 645 alunos, o equivalente a R\$ 90.300,00, levando-se em conta o valor de R\$ 140,00 por aluno, resultante da divisão do valor da meta, R\$ 560.000,00, pelo número de alunos previsto, 4.000.

5. Anteriormente, já havia me manifestado nos autos, em parecer à peça 84. Naquela oportunidade, posicionei-me favoravelmente à proposta de encaminhamento apresentada pela unidade técnica, que consistia, em resumo, em julgar irregulares as contas do Sr. Enilson Simões de Moura, presidente da SDS, e condená-lo ao pagamento do débito apurado, em solidariedade com a SDS e a Cotradasp, com aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92 aos responsáveis.

6. Acrescentei apenas que, em linha com o entendimento adotado pelo Tribunal no Acórdão nº 946/2013-Plenário, no qual prevaleceu a tese de que é juridicamente possível o TCU julgar as contas de pessoas jurídicas privadas por danos cometidos ao erário, o Tribunal também deveria julgar irregulares as contas da SDS e da Cotradasp, responsáveis solidárias pelo dano causado aos cofres públicos federais.

7. Após a emissão daquele parecer, o Sr. Enilson Simões de Moura compareceu aos autos novamente e juntou diversos documentos, constantes das peças 85 a 115, no intuito de demonstrar a regularidade na aplicação dos recursos. A documentação foi analisada na instrução constante da peça 120, na qual o auditor concluiu que a documentação apresentada era suficiente para comprovar prestação de cursos para 1.349 alunos. Assim, somando o número de alunos dos cursos cuja realização já havia sido comprovada pela documentação que constava nos autos no momento da instrução anterior (645), o total de alunos que comprovadamente foram treinados foi de 1.994, equivalentes a R\$ 279.160,00, restando, portanto, um débito no valor de R\$ 280.840,00.

8. Nessa última análise, foram desconsiderados pela unidade técnica os documentos que já haviam sido utilizados para comprovar a realização de cursos relativos a outro contrato, conforme os autos do TC nº 022.415/2009-5, cursos realizados em local e período estranhos ao contrato em exame,

Continuação do TC nº 022.581/2009-6

cursos executados por outra entidade e cursos cujos documentos comprobatórios apresentavam fragilidades como falta de assinaturas e deficiência no registro da presença dos alunos.

9. Assim, a unidade técnica reiterou a proposta de encaminhamento anterior, com a alteração do valor do débito, e propôs o julgamento irregular também das contas da SDS e da Cotradasp. Contudo, deixou de propor a aplicação de multa à SDS e ao Sr. Enilson porque tal medida já havia sido proposta no âmbito do TC nº 012.197/2009-0, tomada de contas especial que tinha por objeto outro contrato, executado com recursos do mesmo convênio. O processo foi julgado pelo Tribunal por meio do Acórdão nº 1882/2014-2ª Câmara, que aplicou a multa aos mesmos responsáveis deste processo.

10. Ausente a comprovação, por parte dos responsáveis, da realização dos cursos objeto do ajuste, impõe-se o julgamento irregular das contas e a condenação em débito da SDS, que recebeu os recursos mediante o convênio firmado com o MTE, do seu presidente, o Sr. Enilson Simões de Moura, e da entidade contratada para executar os cursos, a Cotradasp, conforme alvitrado pela unidade técnica.

11. Discordo, contudo, da proposta de aplicar a multa do art. 57 da Lei nº 8.443/92 apenas à Cotradasp. Observo que no TC nº 012.197/2009-0 ela também foi condenada ao pagamento de multa no valor de R\$ 10.000,00, assim como os demais responsáveis neste processo. Apesar de ambos os processos tratarem do mesmo convênio, analisa-se em cada um deles contratos diferentes, com valores de débito díspares. O valor do débito é um dos elementos a ser levado em consideração na dosimetria da multa, razão pela qual entendo que a aplicação da penalidade aos responsáveis naquele processo não impede a aplicação da multa neste.

12. Dessa forma, com base nos elementos constantes nos autos, este representante do Ministério Público manifesta-se de acordo com a proposta formulada pela unidade técnica, propondo, em acréscimo, que a multa do art. 57 da Lei nº 8.443/92 seja aplicada também ao Sr. Enilson Simões de Moura e à Associação Nacional dos Sindicatos Social-Democratas.

Ministério Público, em julho de 2014.

(Assinado eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral